



(KP)

ATA n.º 022/2016

Ata da vigésima sessão ordinária do ano dois mil e dezesseis da Câmara Municipal de Inácio Martins, realizada em caráter experimental às dezenove horas do dia treze de junho. Iniciada a sessão o presidente abriu o **EXPEDIENTE** solicitando a leitura da ata da sessão ordinária do dia seis de junho, aprovada com todos os votos. Em seguida foi lido o Projeto de Lei do Executivo de n.º 022/2016 propondo a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 88.866,20 (oitenta e oito mil, oitocentos e sessenta e seis reais e vinte centavos), encaminhado para as Comissões Permanentes, e a Indicação de Serviço n.º 04/2016 do Vereador Jorge solicitando "colocação de lombada na Rua Jose de Mattos Leão", despachada para ciência do Executivo Municipal. Iniciado o uso da **TRIBUNA** o Vereador **JORGE BOEIRA** falou a respeito do projeto de lei 011/2016, sobre a abertura de uma vaga para cirurgião dentista para contar que no final da semana anterior um munícipe da região de Rio Claro lhe procurou para perguntar por que os vereadores estariam segurando esse projeto de lei, que estaria disponibilizando um dentista para trabalhar nessa região, ao qual respondeu que não tinha ciência de que estariam barrando o projeto e sim que o mesmo estaria nas comissões e faltavam documentos por parte da prefeitura para que o projeto andasse e conforme este cidadão lhe informou o Secretário de Saúde e mais o dentista que fazia o atendimento teriam ido até a localidade e falado que os vereadores seriam responsáveis pelo não atendimento devido por não aprovarem o projeto, mas nesse dia após ter chegado a documentação que aguardavam o projeto seria votado e esperava que após a aprovação a comunidade fosse atendida e não fosse por culpa do legislativo. Disse que não sabia qual era o interesse nesse comentário, pois já havia passado dois anos que outra profissional estava afastada e esse projeto poderia ter vindo antes, e tendo chegado em período eleitoral ficava a dúvida se seria por intenção de votos ou de campanha eleitoral para atender a população; deixaram a população sofrendo por três anos e na última hora vieram pressionar o legislativo e ainda dizendo que a culpa seria desse poder, mas o projeto com certeza seria aprovado e esperava que na próxima semana já tivesse esse atendimento á população. O Vereador Osvaldir pediu um aparte na fala do orador e comentou uma situação que deveriam considerar sobre esse projeto, considerando que haviam recebido um abaixo assinado com mais de duzentas assinaturas, para falar que essa população, a partir da localidade da Cachoeira, era uma população muito sofrida e que não tinha atendimento, o que tinha ficado muito claro na última conferência de saúde sendo evidente que a câmara não seria a responsável, pois o prefeito já estava encerrando seus três anos de mandato e não tinha mudado nada desde que entrou, mas tinham que levar em consideração esse abaixo assinado e o sofrimento desse povo, e conforme o orador já tinha falado também disse esperar que após a aprovação se efetivasse o atendimento da saúde naquela região e para isso estariam constantemente acompanhando, pois se a culpa era da Câmara então deveriam cobrar a efetividade do atendimento daquela população, e por isso era bom a presença do Doutor Julio na sessão, pois além de dentistas também



Câmara Municipal de Inácio Martins

CNPJ 77.778.827/0001-55

estariam pedindo outros serviços na área de saúde, portanto o que dependesse da Câmara não teria problema nenhum mas esperava que isso realmente acontecesse na prática. O Vereador Jorge ainda falou que o Odontomóvel que poderia fazer esse atendimento encontrava-se parado quando poderia atender essa comunidade no mínimo uma ou duas vezes ao mês, mas estava tudo bem e restava agora ao Legislativo cobrar esse atendimento, pois também se tratava de uma das regiões mais distantes da sede do município. Falou sobre os quatro mandados de segurança que existiam contra a Comissão Processante, iniciando ainda pela Comissão Especial de Investigação cuja liminar conseguida pelo executivo com uma juíza da Comarca havia sido derrubada pelo Tribunal de Justiça, outros dois que já haviam sido negados pela juíza da Comarca e um último conseguido junto a uma juíza de plantão no último feriado que ainda estava sendo analisado pelo judiciário, mas para surpresa dos vereadores nesse dia a procuradora jurídica do legislativo informou que existia mais um mandado de segurança dizendo que para quem não tinha nada a esconder estava tentando esconder muito, e esse quinto mandado seria por parte da Vereadora Rita Tabora contra o trabalho do presidente da casa e também do presidente da Comissão Processante alegando que ambos fizeram as coisas erradas no momento do afastamento da mesma. Disse que a vereadora deveria ter encaminhado um ofício pedindo informações, pois sabia da seriedade desse presidente frente ao legislativo durante esse período que estava conduzindo os trabalhos parabenizando o presidente e também o Vereador João Artur pelos trabalhos que vinham realizando, pois estavam fazendo tudo conforme a lei, falando isso para que ficasse registrado esse acontecimento. O Vereador **OSVALDIR** chamou a atenção dos pares com relação ao projeto de lei 015/2016, das diretrizes para a elaboração do orçamento de 2017, lembrando que tinha até o final deste mês para votar essa lei e a sua preocupação era porque este era um ano eleitoral e provavelmente no próximo ano teriam novos gestores e era importantíssimo que analisassem este projeto, para onde queriam que o município caminhasse. Disse que há alguns dias tinha sido indagado por um cidadão que questionava a construção de mais um posto de saúde, próximo a creche; o PSF em frente ao Rotary; o posto do Assentamento Santa Rita, que eram obras bonitas e importantes, com recursos investidos, questionando quem iria trabalhar nesses locais, pois deveria estar previsto a realização de concurso público na LDO, o que traria conseqüentemente um aumento nas despesas com pessoal e o município já estava acima do limite permitido pela constituição e que tinha chegado próximo aos sessenta por cento no mês anterior, corrigido posteriormente com a entrada de novas receitas, mas mesmo assim estava acima do limite prudencial. Disse que as perguntas que deveriam ser feitas eram essas, onde estariam previstos os profissionais necessários para o funcionamento desses locais como enfermeiros, motoristas, operadores de máquinas, o que ainda não tinha visto no projeto de lei, sendo que o município não estaria se preocupando com isto, apenas aproveitando que o governo estava mandando recursos e assim construindo e deixando parado, parecendo ser isso que as pessoas pensavam, gastava-se o dinheiro nas construções, mas efetivamente a população não receberia os serviços de saúde, pois não estavam se preocupando com o que era mais importante,



Câmara Municipal de Inácio Martins

CNPJ 77.778.827/0001-55

KP

sendo o material humano, pessoas para trabalhar em todos os setores. Comentou que puderam ver durante a greve os professores com defasagem salarial e com necessidades de mais agentes; a Super Creche sendo construída mas sem previsão de quem iria trabalhar no local questionado se mesmo sendo uma grande obra iria funcionar, pensando que deveriam sentar durante os próximos dias e pensar nisso para modificar algumas coisas perguntando como o próximo gestor iria trabalhar com essas obras após a inauguração se não tivesse essa previsão. O Vereador **LAURICI** iniciou a sua fala dizendo que a situação colocada pelo Vereador Osvaldir tinha sido bem lembrada e contou que também tinha sido procurado por algumas pessoas que lhe perguntavam a respeito de concursos públicos no município. Disse que todos sabiam que para este ano era impossível a realização de concursos, mas para o próximo ano quem fosse o gestor teria que ver essas contratações porque estruturas estavam sendo construídas; maquinários o município tinha bastante e sabiam que tinha possibilidade de aquisição de mais maquinários, e assim precisaria de pessoas para operar, sendo bem lembrado por parte do vereador e concordando que teriam que fazer a sua parte e prever isso na LDO. Falou que na semana anterior esteve visitando a região de Goes Artigas, Monjolo e Faxinal do Posto onde o maquinário do município estava concentrado na realização dos trabalhos e queria usar da palavra para enaltecer o grande trabalho que estava sendo feito naquelas comunidades pelos funcionários municipais dizendo que pode constatar vários maquinários do município e pessoal trabalhando, sendo um trabalho muito bem feito o qual o Vereador Jorge Boeira poderia confirmar por ser da região, dizendo que era dessa forma que tinha de ser feito, e durante o período em que esteve olhando os trabalhos aproveitou para cobrar do prefeito sobre a região de Gavazone, principalmente da estrada principal que liga até a comunidade, que tinha bastante reclamação por encontrar-se bastante precária e segundo o prefeito, após concluírem-se os trabalhos da região de Goes Artigas o trabalho seria feito na região citada dizendo que esperava que assim fosse feito porque naquela região o pessoal também precisava muito devido à grande distância que tinham as localidades de Matão, Rio Claro e Gavazone até a cidade. O Vereador Osvaldir pediu aparte concedido pelo orador e fez duas colocações sendo uma sobre a região da Alemainha, contando que esteve na região e da estrada principal até a propriedade do presidente da Associação Ebenezer, Davi Rasche, são menos de dois mil metros e com chuvas o mesmo precisava deixar seus veículos na estrada, pois não conseguia chegar e as máquinas estavam lá tendo também presenciado na comunidade, deixando a pergunta de qual o critério usado pela administração para fazer algumas estradas e outras não, porque era uma judiação a situação desta pessoa pois a sua propriedade era dentro da vila dessa comunidade e segundo o morador na mesma semana as máquinas estavam trabalhando em estradas dentro de reflorestamentos de pinus, questionando por que não fizeram para este cidadão e dizendo ao orador que sabia que não era da competência do mesmo responder isso pois eram questões da administração municipal, mas ficava indignado com esse tipo de coisa. Com relação à estrada principal do Gavazone lembrou que tinha sido liberado cinquenta mil reais pela SEAB para fazer a readequação dessa estrada, cujo projeto já tinha sido assinado em parceria com a EMATER e a



Câmara Municipal de Inácio Martins

CNPJ 77.778.827/0001-55

KP

pergunta que fazia era quando isso iria começar pois o recurso para óleo diesel já estava liberado. O Vereador Laurici agradeceu as colocações e disse que ainda existiam muitos trabalhos a serem feito na região da Alemainha e conforme o prefeito havia falado ainda levariam de dez a quinze dias para concluir e se comprometeu a levar até o executivo essa situação do presidente da associação dizendo que até onde pode acompanhar dava para se elogiar pelo trabalho feito na estrada principal como também os acessos até as propriedades, e que conversando com alguns moradores todos estavam bem contentes, pois vinham passando por dificuldades. Outro assunto que comentou foi em relação ao projeto dos dentistas dizendo que o dentista Julio, que estava presente na sessão, havia se empenhado bastante nesse projeto, pois era conhecedor da situação e da dificuldade que as pessoas da região tinham em vir para a cidade, esperava que com a contratação desse profissional se resolvesse o problema e como os demais vereadores tinham colocado também estaria acompanhando e cobrando para que o mais rápido possível o pessoal tivesse esse atendimento. Na **ORDEM DO DIA** constou em primeiro turno de votação do projeto de lei n.º 011/2106 prevendo alteração na Lei n.º 557 de 2011 para abertura de uma vaga de cirurgião dentista. O Vereador Valdir Cabral apenas questionou a data de encaminhamento do projeto pelo executivo, que seria no mês de março, o que já era muito tempo, mas era bom que a casa tivesse liberado para darem prosseguimento ao mesmo para dar esse presente tão necessitado à população da região. O Vereador Osvaldir fez um lembrete ao Vereador Valdir de que os documentos que as Comissões tinham solicitado só tinham chegado neste momento e que as comissões não tinham condições de avaliar sem a documentação que estava anexa, sendo que era esta a situação do projeto, inclusive o laudo médico atual em que a dentista afastada, Doutora Vanda, ficaria licenciada até o mês de janeiro de 2017 e a única possibilidade encontrada era no parecer jurídico dizendo que em excepcional falta de profissionais na área de saúde poderia ser aprovado um projeto mesmo com o índice de despesas com pessoal acima do limite prudencial, o que era o caso, mas infelizmente o Vereador Valdir não estava presente na reunião das comissões para poder ouvir esta situação com relação aos documentos que tinha sido anexado e o parecer trazido pela assessoria jurídica. O Vereador Valdir ainda falou que não fazia questão de participar das reuniões das comissões permanentes, pois se considerava voto vencido e quando exigia alguma documentação complementar os demais achavam desnecessário então não tinha porque participar. O Vereador Laurici disse que quanto a este projeto o que lhe chamou a atenção durante a discussão foi a questão de prazos, pois já estavam se aproximando cada vez mais de um período eleitoral e o projeto teria poucos dias para ser sancionado e publicado, e sugeriu aos pares e ao presidente, para que, se fosse necessário, se convocasse uma sessão extraordinária para que pudessem aprovar o projeto dentro de um prazo hábil. O Vereador Jorge apenas comentou que esse prazo seria até o próximo dia três de julho e assim o executivo poderia fazer a contratação e o projeto poderia ser aprovado de forma normal sem problema algum. Em votação foi aprovado com todos os votos favoráveis em primeiro turno. Na **EXPLICAÇÃO PESSOAL** a Vereadora RITA parabenizou o profissional Julio Armando Canido



Câmara Municipal de Inácio Martins

CNPJ 77.778.827/0001-55

138

KP

Mendez pelo empenho ao projeto votado e por ter vindo por várias vezes até a casa conversar com todos os vereadores, o qual representava bem o pessoal da saúde. Sobre o que o Vereador Jorge expôs em relação aos mandados de segurança disse ter achado necessário fazer não por achar que as pessoas aqui da Câmara não tinham competência, pois se estavam aqui era porque tinham, mas apenas por um quesito questionado com relação ao processo do qual houve uma pequena discordância e com relação a se defender disse que achava que todo cidadão podia se defender, pois era uma democracia que viviam, então, se não houvesse oposição não havia porque se questionar e se a pessoa não se defendesse era porque estava dizendo que estava errada, e no caso não era isso, as pessoas iam se defendendo; também defendia uma idéia e cada um tinha sua posição e a sua posição era essa, estava defendendo a sua idéia. O Vereador **JORGE** reforçou sobre a estrada da Alemainha contando que esteve na comunidade verificando a situação da estrada e para sua surpresa ao chegar no local as máquinas já estavam se encaminhando para outra comunidade e perguntando aos operadores o que estava acontecendo responderam que estava com cerca de quarenta por cento dos problemas resolvidos e o restante ficaria para outra vez, tendo ficado isoladas as entradas das propriedades dentro da comunidade, não da estrada principal que só teria a enaltecimento o trabalho muito bem feito, mas no que dizia respeito às estradas que davam acesso as propriedades era uma vergonha como tinha ficado e não deviam ter retirado as máquinas sem pelo menos dar condições de acesso aos moradores. Disse que o executivo deveria tomar cuidado nisso, se fosse atender uma comunidade que atendesse e não fizesse brigas políticas no que dizia respeito ao interesse público, pois a população deveria ser atendida independente do cargo ou da posição política. Falou mais uma vez sobre o senhor Mauricio Nascimento, que já havia comentado anteriormente, de que novamente havia recebido intimidações, sem saber da parte de quem, pois vinham cortando cabos e danificando seus equipamentos na torre de comunicações, isso depois de o mesmo ter se manifestado por um lado político como cidadão, quando começaram as perseguições contra sua pessoa, que não podia garantir, mas tudo levava a indícios de que seria alguém que fazia parte de um grupo político da atual administração quem estaria perseguindo seu amigo, e que considerava uma vergonha o posicionamento de certas pessoas. Disse à Vereadora Rita que a mesma tinha ciência de tudo o que estava acontecendo na casa, mas apenas achou um pouco chato a vereadora ter entrado com mais um mandado de segurança contra a casa, sendo que a vereadora tinha conhecimento de tudo o que estava acontecendo, por isso achou estranho. O Vereador **GILNELSON** reforçou o convite a todos os presentes sobre a Audiência Pública para Avaliação das Metas Fiscais referentes ao primeiro quadrimestre de 2016, e acrescentou comentários sobre a fala do Vereador Osvaldir em relação à Lei de Diretrizes Orçamentárias enfatizando a necessidade de planejamento para a administração municipal, dizendo que infelizmente vivíamos em um país onde havia uma necessidade dos gestores de demonstrar materialmente que faziam alguma coisa em suas gestões, o que discordava, pois considerava que primeiramente tinha a questão organizacional para demonstrar que as coisas funcionavam também na forma de pessoal e locação de recursos para cada pasta da administração e



Câmara Municipal de Inácio Martins

CNPJ 77.778.827/0001-55

se não houvesse planejamento nada aconteceria, concordando também com a questão da necessidade de concurso, pois o município já tinha vários setores que estavam carentes de mão de obra e já havia bastante terceirização em função de não existir concurso vigente, sem contar com outras questões como urbanização e escolar, falando isso não para fazer críticas a ninguém, mas por serem coisas necessárias, pois era a hora da discussão do que seria preciso para o próximo ano, sendo quem fosse que estivesse na administração do município, e ainda que precisavam pensar em um orçamento executável, distribuído em todos os setores do município. O Vereador **OSVALDIR** confessou também ter ficado surpreso com mais um mandado de segurança falando que na oportunidade que o prefeito teve de vir se defender das acusações não veio e estaria utilizando artifícios judicializando o processo que seria da Câmara Municipal, pois constitucionalmente quem teria autoridade para cassar o prefeito era a Câmara Municipal e não o judiciário, mas ficava utilizando outros tipos de estratégia de defesa para tentar manter-se no cargo enquanto deveria ter vindo até aqui explicar o por que das improbidades administrativas que tinha cometido. Comentou que nos dias anteriores na rádio local, mais uma vez haviam falado que o povo queria saber por que o prefeito estaria sendo cassado lembrando o quanto já tinham discutido nessa casa, o que as pessoas que frequentavam as sessões sabiam de ponta a ponta, exemplificando isso na pessoa do senhor Renato Chemin, que sempre frequentava as sessões, e infelizmente uma pessoa que se dizia jornalista e tinha um programa de rádio não sabia, mas não sabia por que não queria, pois deveria vir até a Câmara, ouvir, saber o que estava acontecendo, e após levar à população através dos microfones da rádio, e não eram os vereadores que teriam que ir até lá dizer porquê o prefeito estava sendo cassado; tinham relatórios, documentos e atas que eram de fácil acesso, bastando querer. Ainda fez comentários sobre a LDO para dizer que o município estava indo por um caminho perigoso ao começar terceirizar serviços; que considerava a terceirização injusta, pois contratavam-se empresas para prestar serviços na área de saúde; educação; transporte escolar, e quem sabe limpeza de escolas, merendeiras, e assim por diante, e essa empresa colocaria para trabalhar quem quisesse, e não pessoas que prestariam concurso público e estivessem capacitadas para prestar tais serviços, e indo mais além sugeriu ao presidente que antes de votarem a LDO deveriam solicitar ao prefeito que encaminhasse para a Câmara qual a necessidade de pessoas nas secretarias municipais para que assim soubessem o tamanho do concurso que deveria ser feito e previssem na lei de diretrizes. O Vereador **LAURICI** concluiu a sua fala da Tribuna com relação aos trabalhos nas estradas da região da Alemainha explicando que os maquinários teriam ido do município até um pouco a frente de Goes Artigas e devido à cascalheira ser no Florestal, Faxinal do Posto, vieram de lá para cá pela facilidade de pegar o cascalho, mas chegariam até a Alemainha e esperava que esses trabalhos fossem feitos, pois até onde tinha constatado os serviços estavam sendo feitos para todos independente de questões políticas. Para concluir, também com relação à LDO e concursos públicos, concordou com os vereadores quando falaram com relação à terceirização de serviços dizendo que também esperava que para o próximo ano esses problemas aos poucos fossem solucionados o que seria resolvido



Câmara Municipal de Inácio Martins

CNPJ 77.778.827/0001-55

RP

através de concurso público, que deveria também ser feito da forma correta e não viesse a privilegiar ninguém, sendo a forma mais correta e mais honesta para as pessoas ingressarem no serviço público. Ao final o presidente também comentou sobre a citada estrada da Alemainha e parabenizou a todos os vereadores que estiveram verificando os trabalhos no local, sendo o dever dos vereadores de fiscalizar. Disse que também tinha sido procurado por algumas pessoas daquelas comunidades a respeito das entradas para as propriedades contando que nesse dia conversou com uma pessoa do executivo e cobrou isso da mesma, a qual lhe comentou que estavam vindo com os serviços até a comunidade de Papagaios, mas iriam voltar para fazer todas essas entradas de propriedades. Disse que em sua opinião o correto seria fazerem a estrada grande e ao mesmo tempo já fazerem as entradas, mas a dúvida lhe foi esclarecida dessa forma, e seria menos mal se voltassem e fizessem o serviço. Registrou a ausência do Vereador Sidnei Lopes por motivos de doença e nada mais havendo a ser tratado declarou encerrada a sessão e convocou nova sessão ordinária para o dia vinte de junho no horário regimental, ficando lavrada a presente ata, que após lida e achada de conformidade segue assinada pelos vereadores presentes.